

V CBEO - Curitiba



V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS
Curitiba-PR - Brasil

JUSTIÇA DE GÊNERO NA ORGANIZAÇÃO CONVIVENCIAL: POSSIBILIDADE DE UM ESPAÇO DE REDISTRIBUIÇÃO, RECONHECIMENTO E REPRESENTAÇÃO

Stephanie Daher (Universidade Tecnológica Federal do Para) - ste.daher@gmail.com

Estudante de Mestrado Acadêmico em Administração na Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Rene E. Seifert (Universidade Tecnológica Federal do Para) - rene.e.seifert@gmail.com

Professor do Programa de Mestrado em Administração (PPGA) e do Departamento de Gestão e Economia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. É líder do grupo de pesquisa em Formas Não Convencionais de Organização.

JUSTIÇA DE GÊNERO NA ORGANIZAÇÃO CONVIVENCIAL: POSSIBILIDADE DE UM ESPAÇO DE REDISTRIBUIÇÃO, RECONHECIMENTO E REPRESENTAÇÃO

Stephanie Daher e Rene E. Seifert

RESUMO

Neste ensaio discutem-se novas formas de interpretação e manifestação das relações interpessoais, sob a perspectiva do gênero, no contexto de organizações não burocráticas. Assim sendo, a organização convivencial é introduzida como um espaço de possibilidade de redistribuição, reconhecimento e representação do gênero. A reflexão constrói uma ponte entre as demandas da terceira onda do feminismo e o modo de produção convivencial. Para isso, é problematizada a questão do gênero no contexto de trabalho tradicional e são discutidos os impactos resultantes de uma nova forma de interação com a ferramenta. Desse modo, o estudo consiste em uma análise teórica e empírica sobre a limitação da igualdade de gênero no contexto da lógica produtivista moderna, as reformulações das discussões feministas quanto à valorização da diferença de gênero e a organização convivencial como possibilidade de um espaço de manifestação da justiça do gênero.

No âmbito da dominação racional e burocrática de organizações, espaços não convencionais de produção vêm emergindo como uma alternativa a manipulação e desigualdade inerentes às organizações tradicionais. A crítica a excessiva valorização da técnica e a desvalorização do homem, compõe o discurso sobre a insatisfação do indivíduo no contexto de trabalho da contemporaneidade (ELLUL, 1968; ILLICH, 1976; OLIVEIRA, 2006). Diante disto, e com o objetivo de explorar formas menos desiguais de organizações, o estudo busca analisar dentro de um modo não convencional de organização, o modo convivencial, a construção de um espaço de redistribuição, reconhecimento e representatividade do gênero (ILLICH, 1976; FRASER, 2007ab, 2009).

As aproximações bibliográficas constituídas norteiam a análise feita no estudo de caso observado: a “Central do Abacaxi”, uma “Casa de Comer”, localizada na cidade de Curitiba- PR. Em termos convencionais, a Central pode ser descrita como um restaurante convival. Por se tratar de uma organização não convencional, este estudo teve como objetivo abordar novos pontos de vista para interpretação, análise e construção de associações, através do caso são constituídos também argumentos para a construção de bases teóricas de futuros estudos empíricos. Por se tratar de uma organização não convencional, o estudo buscou novas lentes para a interpretação, análise e estruturação de associações. Assim, os estudos feministas e a lente da convivencialidade proporcionaram a inserção de novas categorias de análise e correlações, por meio das quais se fez possível identificar a organização convivencial como um potencial espaço de manifestação da noção tridimensional de justiça e valorização da complementariedade do gênero.

Palavras-chave: Convivencialidade. Gênero. Feminismo. Trabalho.

Introdução

A contestação crítica dos pressupostos ideológicos da sociedade moderna, seguida por anseios de emancipação e libertação, se apresenta cada vez mais recorrente nos discursos pró mudança social (CASAGRANDE; CAMARA, 2011). Sublinha este discurso, o reconhecimento de que modernamente as pessoas se tornaram reféns da técnica que instrumentaliza o projeto hegemônico modernista, cujos desdobramentos ampliaram a fragilidade, dependência e dominação do indivíduo por um sistema produtivo que reduz seres humano à meios e recursos (ELLUL, 1968; ILLICH, 1976; ALVES, 2010).

Nos estudos críticos da área de pesquisa em organizações e administração, predominam denúncias a respeito da precarização das condições do trabalho, da globalização e da privatização neoliberal, bem como temas que envolvem as condições restritivas na esfera da vida privada. Com menor expressão, ainda que crescente nos últimos anos, destaca-se o interesse por questões relacionadas às diferenças de gênero e sexo no contexto do trabalho nas organizações modernas (FERREIRA ET AL, 2016; ANDRADE, MACEDO E OLIVEIRA, 2014).

Mulheres hoje representam uma parcela significativa e necessária no mercado de trabalho. Contudo, a admissão da mulher ao mundo corporativo e profissional se deu por necessidade econômica (FRASER, 2009). Mesmo neste cenário, as diferenças quanto à remuneração e distribuição de funções entre homens e mulheres, denuncia a falsa noção de igualdade apontada por Fraser (2007a; 2007b).

Com a reformulação e as ressignificações do próprio movimento feminista, o campo de estudos sobre gênero ampliou-se e tornou-se aberto a questões que vão para além dos interesses de igualar economicamente diferentes gêneros, e assim novos temas passaram a ser considerados no propósito do movimento (CERCHIARO; AYROSA e ZOUAIN, 2009). No intuito de contribuir nesta direção, chamamos a atenção para a relação entre a questão de gênero e as diferentes formas ou modos de organização social, em particular, modos de organização não alinhados à lógica burocrática e à técnica produtivista moderna. Na literatura especializada, tais experiências são tipicamente referenciadas por diferentes adjetivos, entre elas: organizações coletivistas (ROTSCHILD-WITT, 1979), organizações substantivas (SERVA, 1993), organizações alternativas (PARKER, FOURNIER e REEDY, 2007), organizações contra hegemônicas (SULLIVAN, SPICER e BOHM, 2011; ZILIO et al, 2012), organizações liminares

(MEIRA, 2014), organizações de resistência (BARCELLOS e DALLAGNELO, 2014) e formas não convencionais de organização (VIZEU, SEIFERT E HOCAYEN-DASILVA, 2015).

Partimos do pressuposto que a organização burocrática, devido a sua essência instrumental e funcionalista, na busca da manutenção da harmonia administrativa, utiliza-se de métodos de controles diretos e indiretos para negar e manipular conflitos, entre eles as questões de gênero. Sendo assim, os ditames organizacionais são transmitidos aos indivíduos sem considerar sua heterogeneidade (RODRIGUES, 2013). Surge então a busca por um espaço em que a atividade da mulher seja tão valorizada e indispensável social e economicamente quanto a do homem. A busca pela ressignificação de instituições (organizações) e não apenas uma reformulação de papéis dos agentes é considerada a principal demanda da terceira onda do feminismo (FRASER, 2009).

Revisão de literatura

Especificamente, nossa reflexão considera que modos de organizações orientados para a convivencialidade, tal como proposto por Illich (1976), incorporam um potencial espaço para a expressão da **justiça do gênero**. O acesso universal à ferramenta e a valorização da convivência e da aprendizagem, características do modo de produção convivencial na perspectiva de Illich (1976), seriam também características determinantes para a expressão da **complementariedade do gênero** (ILLICH, 1982; ILLICH, 1998) no desenvolvimento de uma atividade produtiva, econômica e social. Assim, construímos o argumento, que na organização convivencial destila-se um modo de organização em que permite a manifestação do feminismo cultural e a possibilidade da construção de um espaço de redistribuição, reconhecimento e representação de gênero – justiça tridimensional (FRASER, 2009).

Em 1976, Ivan Illich desenvolveu o argumento sobre a possibilidade da construção de uma sociedade convivencial como alternativa à ameaça do apocalipse tecnocrático que caracteriza a era pós-industrial. Para Illich (1976, p.10) a convivencialidade anuncia “um mundo futuro”.

Segundo Illich (1976), um espaço organizado para a convivencialidade seria respaldado pelos valores da sobrevivência (suficiência), equidade e autonomia criadora, propiciando a limitação das dimensões da ferramenta, como por exemplo, as

organizações, e garantindo a participação do ser humano como principal agente do processo produtivo (ILLICH 1976, p. 27).

Por convivencialidade, Illich (1976) refere-se ao inverso da produtividade industrial. O conceito, portanto, é por si só uma crítica ao acúmulo desenfreado de capital. Na organização convivencial ocorre a inversão de valores e rerepresentação das relações interpessoais, a ferramenta eficiente dá espaço à ferramenta eficaz, e a hiperprodução ao reconhecimento da importância dos limites. Guercini e Ranfagni (2016, p. 02, tradução nossa) consideram que “todo e cada indivíduo é definido em suas relações com os outros e com o meio ambiente pela interação proveniente do emprego da ferramenta”, reforçando a importância da ferramenta justa apresentada por Illich na construção de um espaço de valorização da convivência.

Inspirados por Illich, entendemos que a construção de espaços de trabalho que estabeleçam limites à busca cega por maiores níveis de eficiência e reconheçam que valorativamente é a ferramenta (i.e., organizações) que devem servir o ser humano e suas relações, e não o contrário, constitui uma das principais características do que neste estudo nos referimos por organização convivencial (ILLICH, 1976). Em outras palavras, a organização convivencial é aquela que se caracteriza pelo fato do ser humano dominar a ferramenta, e não o contrário. Vale notar que, aqui o termo ferramenta é empregado da maneira mais ampla possível, incluindo desde um simples afeiçoamento com as mãos até uma organização social.

Para Illich (1976) uma ferramenta justa deve atender três exigências principais: ser criadora de eficiência sem degradar a autonomia pessoal, não criar nem escravos nem senhores e ampliar o raio de ação pessoal (ILLICH, 1976).

A organização convivencial seria então um espaço de produção em que a ferramenta ou a própria organização está ao serviço da pessoa integrada na sociedade e não ao serviço de um corpo de especialistas. Convivencial, portanto, é característica atribuída à ferramenta e não ao homem, baseado na visão de Illich: “Devo precisar, no entanto, que na acepção um tanto nova que atribuo ao adjetivo, convivencial é a ferramenta, não o homem. Ao homem que encontra sua alegria e o seu equilíbrio na utilização da ferramenta convivencial chamo-lhe austero” (GUERCINI; RANFAGNI, 2016, p. 11)

Guercini e Ranfagni (2016) conceituam o termo convivencialidade como um fenômeno que provem da comunidade a fim de fortalecer os laços de um grupo sem comprometer a liberdade individual de seus participantes. Ainda, afirmam que a

convivencialidade como fenômeno dá origem a novas possibilidades a partir da proximidade e do senso de comunidade atrelados a ela. Apesar disso, atualmente o convívio é frequentemente considerado uma medida corretiva ultrapassada à configuração atual do modo de produção capitalista neoliberal. Pois, é desconsiderado seu emprego como ferramenta, que nutre e propicia o senso de comunidade, sendo assim, capaz de trazer a partilha livre como uma forma de emancipação que se contrasta com o individualismo contemporâneo (GUERCINI; RANFAGNI, 2016).

A proximidade ao senso de comunidade, o acesso universal à ferramenta e a valorização da sobrevivência (suficiência), equidade e autonomia criadora, são essenciais para a construção de um cenário em que há a **complementariedade do gênero**. Nesse sentido, o fator diferencial da organização burocrática e da organização convivencial é a apropriação não apenas da mulher como recurso produtivo, mas dos valores femininos para o meio de produção.

Scott (1995), analisa quatro elementos para entender e definir gênero, sendo eles: (i) símbolos culturais e representações simbólicas - os conceitos normativos de feminino e masculino encontrados na religião, política, ciência e na educação; (ii) a educação e o sistema político; (iii) a identidade subjetiva expressa nas organizações; (iv) e as representações sociais. Ainda, para desenvolver sua definição, a autora assume que gênero é o primeiro modo de significar as relações de poder.

Dessa maneira, Scott (1995), assim como Hirata e Kergoat (1994), classifica gênero como uma categoria de análise não apenas possível, mas necessária para o estudo das relações de poder/classe, e neste caso central nos estudos organizacionais. Barbieri (1991), do mesmo modo que Scott, afirma que a subordinação que afeta as mulheres como um todo não se localiza apenas nos aparatos burocráticos das organizações, trata-se de um poder múltiplo que se expressa em diferentes espaços sociais. A autora ressalta que a subordinação nem sempre é caracterizada pela autoridade, muitas vezes é exercida sob a aparência de afetuosidade e ternura (BARBIERI, 1991). Sobre a questão, Saffioti (1992) aponta que a ideologia de subordinação inerente às mulheres justifica-se pela vinculação com o natural, inquestionável.

Os processos de socialização como um todo reforçam estereótipos justificados pela determinação biológica, transformando com facilidade as diferenças biológicas em desigualdades sociais. Ao ser compreendido como um sistema de poder, o gênero traduz a estruturação das relações e identifica a desigual distribuição de responsabilidades na produção social. Assim, gênero como categoria constitui um conjunto de características

sociais, culturais, políticas, psicológicas, jurídicas e econômicas, atribuídas pela diferenciação do sexo. Portanto, ser homem ou mulher expressa uma classificação social e um papel cultural. Essas diferenças, por sua vez, ultrapassam as distinções biológicas, pois por elas dá-se a satisfação das necessidades mais elementares dos seres humanos (SAFFIOTI, 1992; SUÁREZ 1999).

O primeiro pensador a distanciar os conceitos de sexo e gênero da biologia e os aproximar da cultura foi Foucault (1988), a partir disso, com a contribuição de autores como Louro (2008) e Scott (1995), sexo e gênero foram agregados a estudos como categorias de análise relevantes – inclusive à ciência da administração (SOUZA; CORVINO e LOPES, 2012). Apesar das interpretações distintas do conceito de gênero por diferentes vertentes do feminismo, a proposição mais frequente relaciona-se com o feminismo da diferença. Nessa concepção a diferença é reconhecida como categoria central da análise, polarizando-se feminino e masculino em suas complexidades sociais, políticas, econômicas e culturais. Desse modo, o conceito de gênero pode ser utilizado empiricamente e analiticamente, caracterizando-se como uma categoria analítica que apreende e explica socialmente a diferença sexual (SUARÉZ, 1999; SCOTT, 1995).

Sob esse entendimento teórico quanto ao conceito de gênero é que se afirma que a organização convivencial ao valorizar outras características além da racionalidade técnica, cria um patamar de igual valorização das diferenças do gênero no processo produtivo e a inclusão do indivíduo em sua heterogeneidade. Diferentemente do contexto da organização burocrática, em que a inclusão do indivíduo é parcial, pois se consideram somente os aspectos técnicos relevantes para a organização, desconsiderando os aspectos subjetivos e individuais, reduzindo os indivíduos (homens e mulheres) a meros instrumentos necessários ao fluxo material (RODRIGUES, 2013).

Desse modo, a inclusão do indivíduo viabiliza a concepção da noção tridimensional de justiça. Com a proporcional contribuição ao processo produtivo (quanto aos valores e o acesso à ferramenta), a remuneração e a distribuição dos resultados para homens e mulheres, não são criadas subordinações caracterizadas pelo gênero. Indicando assim um ambiente de reorganização da divisão do trabalho – redistribuição.

Ainda, a participação integral dos membros no desempenho da atividade organizacional vincula o status das características femininas e masculinas à produção. Garantindo assim a representatividade dos indivíduos como agentes produtivos e em suas particularidades e diferenças individuais. O reconhecimento é produto da

complementariedade do gênero, portanto, masculino e feminino não são apresentados como características segregadoras, mas complementares.

Quanto à representação, a visibilidade e participação de mulheres em processos decisivos são tidos como uma necessidade ao modo de produção convivencial, assim como há necessidade de postos de decisão designados a homens. Mesmo que não se apresentem em uma mesma organização, o acesso às funções de “gerência” não é restritivo quanto ao gênero. Dessa maneira, a representação na escala organizacional facilita a inserção de mulheres em funções políticas de maior abrangência na sociedade, logo, tem-se uma contribuição da convivencialidade para a representação organizacional e para a representação política defendida por Fraser (2009).

Consideramos então que a crítica quanto à crise do trabalho na organização moderna coexiste com a nova demanda do feminismo, dessa maneira as variáveis de classe e gênero são coextensivas e devem ser analisadas conjuntamente (HIRATA; KERGOAT, 1994).

Com isso, nota-se que as demandas do feminismo pós-neoliberal, propostas por Fraser (2006; 2007a; 2007b; 2009), muito se aproximam das instabilidades do discurso de crise do novo capitalismo. O tripé **redistribuição, reconhecimento e representação** engloba também as demandas do classicismo moderno. Analisando separadamente as demandas nesse contexto, percebe-se que a redistribuição, que aparece como característica da crítica de classes desde o princípio, continua a se apresentar o mesmo valor na modernidade, esta, entretanto, se acresce das demais demandas que são inculcadas por novos discursos. Vemos no fantasma da inutilidade de Sennett (2006) nada mais do que uma caracterização da falta de reconhecimento do indivíduo perante o novo capitalismo. Assim como os argumentos sobre a dualidade de tempo e trabalho e as contradições da mecanização (OLIVEIRA, 2006; ILLICH, 1976) exprimem a necessidade da representação do indivíduo.

Com o alinhamento e sintetização das demandas das instabilidades do novo capitalismo quanto ao classicismo e o feminismo, encontramos em Fraser (2009) a inspiração para a mudança que assegure as transformações propostas pelo movimento feminista. Sobre isso, a autora afirma “É dito frequentemente que o sucesso relativo do movimento em transformar cultura permanece em nítido contraste com seu relativo fracasso para transformar instituições” (FRASER, 2009, p.11).

Métodos e procedimentos

Em conformidade com o argumento aqui desenvolvido, foi realizado um estudo empírico com o intuito de investigação da relação da organização convivencial e a justiça tridimensional de gênero. O caso estudado buscou aproximar a questão da transformação organizacional – construção de um espaço de convivência – que tem como características a equidade, a autonomia criadora e os limites de produção.

Conforme a análise teórica esses valores, diferentemente da busca técnica para a eficiência e superprodução que caracterizam o funcionalismo e a racionalidade técnica, dominantes no modo capitalista de produção, possibilitam a participação e valorização do indivíduo em sua heterogeneidade de gênero. Ademais, a descartabilidade é substituída pelo imperativo da necessidade do indivíduo ou do fator humano no processo produtivo. Vale notar que os valores convivenciais, são desprovidos de características essencialmente masculinas. Antes disso, alinham-se às características do anti-androcentrismo pós-neoliberal defendidas por Fraser (2009), uma vez que as atividades desmercantilizadas e voltadas para o cuidado fazem-se componentes estruturantes e valiosos para o bem comum.

Com o intuito de entender as relações de gênero na organização convivencial sob a perspectiva da justiça tridimensional tal como proposta por Fraser (2009), o estudo desenvolveu-se sob o seguinte problema de pesquisa: “Como se estabelece a justiça de gênero em termos de redistribuição, reconhecimento e representação no modo de produção convivencial?” Para isso, realizou-se um estudo empírico por meio do caso da “Central do Abacaxi”. Os procedimentos de coleta de dados do estudo foram: a) observação participativa (acompanhamento do desenvolvimento e participação nas atividades da organização durante o período de agosto de 2016 a abril de 2017, totalizando um período de sete meses de observação); b) análise de documentos, sendo eles: vídeos da organização divulgados no youtube e redes sociais, textos e postagens da organização no facebook e instagram; documentos de controle de fluxo de caixa; c) entrevistas semi estruturadas: foram realizadas entrevistas com os colaboradores e clientes da organização.

Em conformidade com o argumento construído e a literatura consultada, as categorias de análise utilizadas no desenvolvimento do estudo foram:

- i. Convivencialidade: de acordo com os argumentos apresentados por Illich (1976), por convivencialidade entende-se o processo contra eficiente que limita a dimensão da ferramenta e garante a participação do ser humano

como agente principal do processo produtivo. Deste modo, assume-se que a organização orientada para a convivencialidade questiona a busca irrefletida pela eficiência, e orienta-se por valores como a sobrevivência, a equidade e a autonomia criadora. Na pesquisa de campo será verificado até que ponto a organização em análise está alinhada com tais valores.

- ii. Gênero: como categoria de análise, gênero representa as interações e significações culturais acerca da diferença sexual (MATOS, 2009).
- iii. Redistribuição (Gênero): por redistribuição entende-se à categoria de justiça cunhada por Fraser (2007b) que visa, principalmente, uma nova apresentação da divisão do trabalho e a redistribuição de renda. Empiricamente será verificado por meio de entrevistas em profundidade, observação e dados secundários como se manifesta a divisão do trabalho e a redistribuição de renda entre membros organizacionais de gêneros diferente. Além disso, procurar-se a reconhecer o entendimento de justiça em relação à diferença de gênero no caso estudado.
- iv. Reconhecimento (Gênero): para Fraser (2007b) o reconhecimento é classificado por um modelo de status, em que se exige o reconhecimento às condições dos membros do grupo como parceiros integrais na participação social. Empiricamente será verificado, por meio de entrevistas em profundidade, observação e dados secundários, como se expressa a participação dos membros organizacionais no processo produtivo como um todo e se existe acessibilidade dos agentes à diferentes processos.
- v. Representação (Gênero): a representação de Nancy Fraser (2007a) é a preocupação da valoração do gênero através da mudança social política, em que as divisões das áreas de poder se configuram como não excludentes. Empiricamente será verificado, por meio de entrevistas em profundidade, observação e dados secundários, como o poder está distribuído na organização e como este permite a representação gêneros distintos.

O projeto da Central do Abacaxi é resultado da indignação da Amanda e da Camila com as condições de trabalho e produtos servidos no ramo gastronômico. Ambas trabalhavam em cozinhas de restaurantes e conviviam com descuido com que a comida é

tratada, desde a escolha dos ingredientes aos métodos de preparo, tudo é pensado para a redução de custos e ganho de eficiência.

Amanda e Camila são um casal, e estão juntas a cerca de três anos. Elas se conheceram trabalhando na cozinha de um café em Curitiba - PR. Junto com o relacionamento, devido as experiências negativas que compartilhavam no trabalho em que se conheceram, surgiu a ideia da Central do Abacaxi.

Tudo começou com uma bicicleta, alguns utensílios de cozinha e compras na feira. Desde sempre a escolha dos insumos de qualidade foi prioridade. Na “época da bike” o negócio era cozinhar na rua, ir à alguns eventos, com o objetivo de movimentar o espaço público. Surgiu então a “Central do Abacaxi Comida e Rua”. Além dos princípios de cozinhar e comer com qualidade e promover a aproximação de pessoas o objetivo de movimentar a rua veio de um acontecimento específico. Em 2014 a Amanda foi agredida enquanto andava de bicicleta no centro da cidade a noite, em um ato de ódio a sua sexualidade. Portanto, movimentar a rua tem também o “objetivo político” de tornar a rua um espaço mais seguro.

Depois da “época da bike” conseguiram um carro, e começaram a realizar eventos um pouco maiores e com maior frequência. O carro veio como uma necessidade quando o trabalho com a bicicleta estava ficando muito pesado. Cresceram aos poucos, sem distorção do propósito, sem grandes investimentos e nem grandes ambições financeiras. Quando se mudaram para morar na Julia da Costa a Central do Abacaxi ganhou um endereço. Ainda com o projeto “comida e rua” não possuíam um espaço físico, contudo os eventos promovidos pela Central normalmente aconteciam na Julia da Costa, onde nasceu e se concretizou a ideia da “Casa de Comer”.

Para a inauguração” foi promovido um “evento gratuito” entre os amigos e clientes mais próximos chamado de chá de panela da Central do Abacaxi (como um chá de panela convencional), que tinha como contrapartida a contribuição com alguns utensílios de uma lista de presentes pré-divulgada. A expressão de convivência e valorização das amizades (ILLICH, 1976) ficam evidentes nesse contexto, assim como é notável a falta de formalidades e a despreocupação com status. A maior parte dos presentes não foram novos, mas sim doações de utensílios usados.

Atualmente a Casa de Comer está em atividade com serviços de almoço e happy hour de quinta a domingo. Os pratos são definidos semanalmente e não existe um menu fixo. Apesar de reconhecerem que servir um prato diferente toda semana é mais custoso e difícil, tanto a Amanda quanto a Camila afirmam que limitar o cardápio a opções prontas

vai em desencontro com o trabalho delas na gastronomia. Optam então por realizar a feira semanalmente, privando-se de reduções de custo em compras em escala ou de grandes produtores. Mesmo sendo contra eficiente (ELLUL, 1968; ILLICH, 1976) os clientes reconhecem esse cuidado com o preparo da comida e o valorizam.

Resultados

As evidências de um espaço convivencial surgiram desde as primeiras análises documentais. As postagens, textos e vídeos divulgados nas redes sociais da organização já apresentavam características não convencionais. Pode-se perceber desde a intitulação do espaço – casa de comer, um espaço para aproximar pessoas – até as tratativas pessoais com fornecedores e os clientes, chamados de amigos.

Os clientes-amigos e a pessoalidade nas relações com os fornecedores caracterizam o afeto que em muitos momentos interfere e o orienta as decisões na organização. As relações apresentadas nas observações, como a relação com a Karla Keiko (cliente-amiga) e com a Kamila Elisabeth (funcionária e colaboradora), refletem a intervenção da afetuosidade nas relações e composição do espaço colaborativo. A compreensão dos clientes-amigos com os atrasos nos pedidos, a dedicação e apropriação dos valores pelos funcionários – mesmo com remuneração compatível a do mercado -, as doações e contribuições com serviços ou utensílios ratificam o afeto e a colaboratividade como características estruturantes da convivencialidade na organização.

Quanto as demais categorias consideradas por Illich (1976), podemos destacar a escolha pelo uso dos orgânicos, que é uma grande questão no processo de convivencialidade da organização. A valorização dos produtores e a importância dada a qualidade dos alimentos são grandes características da cultura organizacional e da ideologia da modo de produção convivencial. A limitação imposta pelo uso exclusivo de produtos orgânicos, o processo contra eficiente de compras e produção são indicadores da valorização secundária do lucro no negócio.

Valorizar o “clico do orgânico”, expressão que usam para se referir a prática de compra exclusiva de orgânicos, é para a Central do Abacaxi contribuir politicamente no ato de comer e cozinhar. Os dizeres “comer é um ato político” estão também nas paredes da organização. O reconhecimento do uso de produtos de qualidade e do cuidado do preparo advindos do modo de produção convivencial propicia a valorização do ato de

cozinhar longe de títulos e mais próximo de uma atividade ligada ao lar – o lugar de resignação da mulher.

A valorização do ciclo do orgânico proporcionou a organização um outro grau de relação com os fornecedores, uma relação pautada na afetuosidade, proximidade e intimidade. Todos os fornecedores são chamados pelo nome, mesmo nas demonstrações e anotações de controle de caixa.

Quando os pratos são anunciados nas postagens do facebook para propagandas os fornecedores dos principais insumos do prato são também promovidos nas publicidades. De tempos em tempos, normalmente nas viradas de estação, a Central do Abacaxi fica fechada durante uma semana para a pesquisa de novos produtores e receitas. Essa é uma das práticas que retratada a proximidade e pessoalidade da relação com o produtor e fornecedor Luís, que tem sua produção de orgânicos na Lapa, no período de recesso de trabalho da Central em março deste ano (2017) a Amanda e a Camila visitaram a produção de Luís, conheceram a plantação e a família do produtor.

A colaboratividade é incentivada inclusive nos eventos promovidos. Na semana do dia 22 de abril ocorreu a “horta urbana”, evento realizado para unir os clientes e amigos para plantarem comida na Alameda Julia da Costa no centro urbano da cidade de Curitiba-PR. Não pude comparecer ao evento, apenas tive acesso as divulgações dos convites e as fotos da construção da horta colaborativa e urbana.

O “fazer de tudo” é mais uma característica da organização. As funções, pouco específicas e não delimitadas cria uma espécie de rodízio nas atividades. Se alguém cansa de fazer algo ou quer fazer alguma coisa em específico, pode se manifestar e assim é vista a possibilidade de uma readequação das funções. Nas duas experiências de trabalho que tive (na inauguração da Casa de Comer e no evento de 2 anos de Abacaxi), desempenhei diferentes funções; atendimento, retirada de pedidos, caixa, auxiliar na cozinha, limpeza e organização.

O “fazer de tudo” muito se aproxima do conceito de autonomia criadora de Illich (ILLICH, 1976). O exemplo que podemos citar nesse caso é a relação da Kamila, atualmente funcionária na Central do Abacaxi. A Kami – como é chamada – começou fazendo taxas de auxiliar de cozinha e atendimento nos eventos, nos conhecemos quando trabalhamos juntas no evento de inauguração e desde então sempre nos encontramos e conversamos nas visitas que realizei ao espaço. A própria escolha da intitulação de “Casa de Comer” ao invés de restaurante já mostra um resgate do ato de cozinhar como uma característica do lar.

Ter o lar como um espaço de referência é sinônimo da contra eficiência e da convivência. Em entrevista, Karla, cliente-amiga da Cantral do Abacaxi, diz ter a sensação de estar indo almoçar na casa da vó quando vai aos domingos na Casa de Comer. A importância da apropriação das características valorizadas no lar para o modo de produção nos aproxima da transformação organizacional para a obtenção de espaços de produção e geração de suficiência em contradição aos modelos burocráticos e funcionalistas dominantes, que são essencialmente excludentes por seu caráter eficiente e técnico.

A questão da representação feminina com os cargos de liderança desempenhados pelas meninas proporciona uma representação social fora da organização. Frequentemente a Amanda e a Camila são convidadas a participar de reuniões e palestras sobre gastronomia, colaboratividade, e o uso de produtos orgânicos. Em um desses eventos Amanda e Camila participam da semana acadêmica de gastronomia e nutrição na PUCPR (Pontifícia Universidade Católica do Paraná) para falar como o trabalho artesanal e o vínculo com os pequenos produtores muda a relação que as pessoas tem com a comida.

Essa exposição e reconhecimento social compõe parte do que seria a representação do gênero de acordo com Fraser (2009). A visibilidade política por conta da participação de mulheres em ambientes de exposição colaboram para a construção da justiça de gênero.

Para o reconhecimento do gênero como status temos a colaboração da representação da mulher na organização. A visibilidade social e política identificada constrói um espaço em que independente da ocupação ou participação; idealizadora do projeto, funcionária, cliente-amiga ou fornecedora, a mulher é reconhecida e possui igual voz e participação na organização.

O reconhecimento acaba por ser uma consequência do acesso universal a ferramenta, a organização convivencial propicia a participação integral e total de seus membros em qualquer nível de atividade. A heterogeneidade dos agentes da organização quanto a sexo, idade ou gênero, reflete a noção de aceitação das noções gerais do grupo.

Mais especificamente a construção do gênero, homens e mulheres participam das atividades na Central do Abacaxi sem distinções quanto a suas ocupações além do gênero. Na organização burocrática há uma aceitação ou reconhecimento compensatório, a aceitação de mulheres ou homens que possuem características ou habilidades específicas, em suma características funcionalistas e eficientes.

Na construção da Central do Abacaxi tivemos a participação de diferentes “perfis” de mulheres; a Soon Hee, consultora empresarial; A Yael, arquiteta e decoradora; Josiane, mãe da Amanda; Karla, cliente-amiga da Central. Apesar de suas diferentes posições e profissões, que poderiam caracterizar a construção de uma hierarquia em um “projeto” convencional em uma organização não convivencial, todas elas participaram em mesmo nível quanto a valorização de suas contribuições. A aceitação em totalidade é representada até mesmo na aceitação das observações participativas, a aceitação da colaboração e trabalho nos eventos.

Apesar do conceito de redistribuição de Fraser (2007) referir-se exclusivamente a questão monetária, no contexto da organização convivencial foram identificados elementos de redistribuição não convencionais.

O afeto, categoria acrescentada também na caracterização da organização convivencial, contribui para o conceito de redistribuição. Na lógica convencional há uma separação quase que antagônica entre trabalho e lazer. Apesar do amor ao trabalho ser recorrente no discurso das organizações o que se experimenta na prática é diferente disso. Como apresentado na discussão teórica a instabilidade e desvalorização do indivíduo no contexto técnico e burocrático de organização é característica do trabalho na modernidade. Portanto, o caso de valorização e admiração ao trabalho como o da Kamila, que mesmo realizando taxas e serviço de atendimento, vivencia e acredita na ideologia da organização e se refere aos trabalhos e projetos como “nossos”, representa a redistribuição ou compensação do trabalho com um pagamento não monetário, mas uma relação de afeto pelo projeto, pela atividade e pelos envolvidos.

A decisão de abrir mão de lucros maiores para continuar servindo os clientes-amigos refeições de qualidade a preços acessíveis também corrobora para a construção dessa noção de redistribuição e compensação do trabalho.

Conclusão

A Central do Abacaxi é um caso dentre várias organizações que vem imergindo no cenário de instabilidade e constatações políticas e ideológicas no contexto do trabalho moderno de bases burocráticas sob a perspectiva de uma racionalidade técnica e instrumental na cidade de Curitiba-PR. Ainda que se apresente como convivencial - um espaço configurado para acessos e igualdade - a Central do Abacaxi reproduz traços de uma lógica de produção tradicional, quanto a comercialização e estrutura de processos e

peças. Isso ocorre devido a sua limitação em estar inserida em um contexto urbano, onde a sobrevivência da organização depende de sua funcionalidade econômica, mesmo que não alinhada a lógica da máxima eficiência é exigido da organização uma eficiência mínima. Reconhecendo essa limitação as categorias de análise foram, portanto, vinculadas em sua maioria a uma exploração de um espaço de justiça de gênero do que as teorias que discutem novas formas de organizar.

Como apontado na revisão teórica e nas análises das categorias do estudo de caso, as características estruturantes da convivencialidade: o acesso universal à ferramenta e a limitação da eficiência, propiciam novos tipos de relações entre os colaboradores da organização. Assim, notou-se que os colaboradores e clientes sentem-se parte do propósito da organização, devido à proximidade ao processo produtivo. Ainda, a valorização de características não cartesianas como a autonomia criadora e a suficiência, dão suporte para a construção de um sistema de valorização do indivíduo e de suas singularidades como parte do modo de produção (ILLICH 1976, 1989; FRASER, 2007ab, 2009). A valorização do indivíduo e não apenas de características de trabalho específicas, torna o ambiente receptivo a perfis de trabalhadores, clientes, amigos e fornecedores que sentem-se isolados de alguma maneira no mercado tradicional burocrático.

Na exploração empírica quanto as categorias da noção tridimensional de justiça, o processo convivencial, por conta do fácil acesso e da valorização das singularidades, contribuí para a construção de um espaço em que há redistribuição dos bens, representatividade e representação do indivíduo em sua heterogeneidade. Portanto, em conformidade com a análise teórica feminista realizada no estudo, a organização convivencial pode ser considerada um espaço de reconfiguração estrutural que permite a valorização da complementariedade do gênero, caracterizando-se assim como um ambiente em que mulheres, constantemente renegadas do espaço tradicional de trabalho, sentem-se inclinadas a desempenhar funções produtivas nas mais diversas áreas. Em vista disso, vislumbra-se a perspectiva de um modo de produção e organização, alternativos ao modelo burocrático e eficiente, em que se tem a manifestação da equidade e valorização do indivíduo no processo produtivo. Criando em especial, um espaço de valorização do gênero e vivência do feminismo (ILLICH, 1976; FRASER, 2007ab, 2009; MATOS 2009).

Referências

- ALVES, A. R. C. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. *Lua Nova*, v. 80, p. 71-96, 2010.
- ANDRADE, L. F. S.; MACEDO, A. S.; OLIVEIRA, M. L. S.. A produção científica em gênero no Brasil: um panorama dos grupos de pesquisa de administração. In: Encontro de Estudos Organizacionais - EnEO, Gramado, RS, 2014
- BARBIERI, T. Sobre la categoría de género – una introducción teórico-metodológica. In: AZEREDO, S.; STOLCKE, V. (Coord.). Direitos reprodutivos. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1991.
- BARCELOS, R. M. R.; DALLAGNELLO, E. E. L. (2014). A teoria política do discurso como abordagem para o estudo das organizações de resistência: reflexões sobre o caso circuito fora do eixo. In: *Organizações & Sociedade*. Salvador, v. 21, 70, p.405-424.
- CASAGRANDE, L.; CAMARA, G. D. Liberdade e convivialidade como práticas contra-hegemônicas nas zonas autônomas. *Rev. Pens. Contemp. em Adm.*, v. 5, n. 3, p. 115-128, 2011.
- CERCHIARO, I.; AYROSA, E.A.T; ZOUAIN, D. M. A aplicação de abordagens feministas na pesquisa em administração. *Cadernos Ebape.Br*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 649-664, dez. 2009.
- ELLUL, J. *A Técnica e o Desafio do Século*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.
- _____, N. Feminism, capitalism and the cunning of history. *New Left Review*, n. 56, 2009.
- _____, N. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Rev. Estud. Fem.*, v. 15, n. 2, p. 291-308, 2007a.
- _____, N. Reconhecimento sem ética? *Lua Nova*, v. 70, p. 101-138, 2007b.
- GUERCINI, S; RANFAGNI, S. (2016). Conviviality behavior in entrepreneurial communities and business networks. *Journal of Business Research*, 69(2), 770- 776
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. A classe operária tem dois sexos. *Rev. Estud. Fem.*, v. 2, n. 3, p. 93-100, 1994.
- ILLICH, I. The sad loss of gender. *New Perspectives Quarterly*, v. 15, p. 4-8, 1998.
- _____, I. *Gender*, 1. ed. New York: Pantheon Books, 1982.
- _____, I. *Convivencialidade*. 1.ed. Lisboa: Francisco Lyon de Castro, 1976.
- MATOS, V. C. S. Um estudo histórico das relações de gênero e classe. *Rev. Saber Acadêmico*, v. 7, 2009.
- MATOS, M.; CYPRIANO, B. Críticas feministas, epistemologia e as teorias da justiça social. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS GT 27: PARA ONDE VAI A TEORIA SOCIAL CONTEMPORÂNEA? 32., 2008.

- MEIRA, F. (2014). Liminal organization: organizational emergence within solidary economy in Brazil. In: *Organization*, v.21, n.5: 713-729.
- OLIVEIRA, C. B. de. Sobre lazer, tempo e trabalho na sociedade de consumo. *Lecturas: educación física y deportes*, v. 97, n. 12, 2006.
- PARKER, M., FOURNIER, V., & REEDY, P. (2007). *The dictionary of alternatives: Utopianism and organisation*. London, England: Zed Books.
- RODRIGUES, Marcio Silva. Epistemologia e Administração: (Um esboço de) reflexões e possibilidades. *Perspectivas Contemporâneas*, v. 8, n. 1, 2013
- ROTHSCHILD-WITT, J. (1979). The collectivist organization: an alternative to rational-bureaucratic models. *American Sociological Review*, Vol. 44, p.509-527.
- SAFFIOTI, H. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (Org.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992.
- SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.
- SENNETT, R. *A cultura do novo capitalismo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SERVA, M. (1993). O fenômeno das organizações substantivas. In: *Revista de administração de empresas*. São Paulo, 33 (2): 36-43.
- SOUZA, Eloisio Moulin de; CORVINO, Márcia de Mello Fonseca; LOPES, Beatriz Correia. Uma análise dos estudos sobre o feminino e as mulheres na área de administração: a produção científica brasileira entre 2000 a 2010. *Organizações & Sociedade*, v. 20, n. 67, p. 603-621, 2013.
- SUARÉZ, M. Gênero: uma palavra para desconstruir ideias e um conceito empírico e analítico. In: *ENCONTRO DE INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIA DO FUNDO DE GÊNERO NO BRASIL*, 1. 1999. Projeto Fundo para Igualdade de Gênero, Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional. Campinas, 1999.
- SULLIVAN, S., SPICER, A.; BOHM, S. (2011). Becoming global (un)civil society: counter-hegemonic struggle and the Indymedia Network. In: *Globalizations*. v.8, n.5, pp.703-717.
- VIZEU, F.; SEIFERT, R. E.; HOCAYEN-DA-SILVA, A. (2015) J. Non-capitalist organizations in Latin America: lessons from the Brazilian Faxinal grassroots community. *Cadernos EBAPE*, v. 13, p. 369-389.